

**WANDERLEY  
GUILHERME  
DOS SANTOS**



## Se Gini é justo, bom é Bangladesh

**A**inda existem bailes caipiras e casamentos na roça em meio ao calendário gregoriano, mas foram substituídos nas primeiras páginas por relatórios de agências internacionais, sincronizadas ao ano fiscal norte-americano: documentos preliminares do Banco Mundial, a avaliação semestral do Fundo Monetário Internacional e o justamente prestigiado Informe sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD. Por coincidência competitiva saiu também do forno um documento do IPEA sobre a "inaceitável estabilidade dos índices de desigualdade e da pobreza no Brasil", subscrito pelos especialistas Ricardo Paes de Barros, Ricardo Henriques e Rosane Mendonça, imediatamente seguido por um Mapa do fim da Fome: Metas Sociais Contra a Miséria, elaborado sob responsabilidade do Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas/RJ, coordenado pelo economista Marcelo Neri. Todos os nacionais são veteranos estudiosos do problema, sendo igualmente histórica a discrepância entre as rubricas classificatórias que costumam adotar. Pelas últimas contas, segundo o IPEA, cabe-nos o fardo de 53 milhões de pobres, dos quais 22 milhões enquadram-se como indigentes, classificação recusada pelo Centro de Políticas Sociais, que considera indigentes cerca de 50 milhões, sem relevantes diferenciações internas. A controvérsia prende-se à definição da linha de pobreza, a qual, como os sociólogos estão enjoados de saber, é algo politicamente determinado entre outros critérios pelos resultados que se deseja alcançar ao final de estimado período de tempo. Se se deseja reduzir 20% no número de pobres, em três anos, mantida a taxa de retorno esperado dos investimentos previstos, o número original de pobres não pode superar certo teto. Pronto, está definida a linha de pobreza.

Não há deliberado cinismo na análise. Há cinco anos atrás os debates entre economistas e analistas sociais concentravam-se

### É histórica a discrepância nos critérios de pobreza

de outro, não menos cabalísticos algoritmos a comprovar que cada centavo investido na educação da malta provocaria supersônica promoção de não sei quantos miseráveis à condição de remediados pobres. Internamente, disputavam-se migalhas de prestígio, não de pão.

Deve-se muito à essa competição, tanto quanto às provocações que os índices do Relatório de Desenvolvimento Humano suscitam no ufanismo-cum-depressão do astral do país. Desqualificar as avaliações vem a ser tão eficaz quanto inútil é a juvenil rebeldia de quem ainda não ganha o suficiente para se sustentar. Quem paga o Relatório tende a sugerir quais devem ser os critérios de comparação entre os países, precisamente aqueles critérios que, conforme a teoria econômica e social de quem paga, aparecem como insubstituíveis. Sem esbofetear os números divulgados, cabe aproveitá-los no que revelam, pois, mesmo não discutindo a confiabilidade das informações, a análise a que são oficialmente submetidas, dentro e fora do país, é bastante precária, senão simplória.

Darei ao leitor, neste e em próximos artigos, alguns exemplos colhidos no relatório do Banco Mundial — 1998/1999, e em dois documentos das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, relativos a 1999 e 2000, começando pelo escandaloso índice de Gini do Brasil, 601, só inferior, manchetes garrafaís, ao valor do mesmo índice de desigualdade de Serra Leoa, com seu vergonhoso 629. Vexame nacional, sem dúvida. Mas a mesma fonte (Banco Mundial) informa que o índice de Bangladesh não ultrapassa 283 (Alemanha, 281), bem melhor do que o seguinte desfile de Ginis dos ricasos: Itália, 312, Holanda e Canadá, 315, Espanha, 325, Inglaterra, 326, Austrália, 337, Israel, 355, Suíça, 361, e, Estados Unidos, 401. Aliás, o menor valor do índice de Gini, portanto o mais "justo", é o da República Eslovaca, com 195, a qual também se pavoneia com a menor concentração da renda nacional, 18,2% do PIB, nas mãos dos 10% mais ricos. E agora? — Postulado: os números são esses; tese: a interpretação dos numerólogos não junta lé com cré; hipótese: mais vale ser afluente na desigualdade do que solidário na comunidade dos miseráveis. A demonstração virá.

Wanderley Guilherme dos Santos é cientista político e professor do IUPERJ. Escreve às quintas-feiras.  
E-mail: leex@iis.com.br